

NOVEMBRO | 2024 | ED. 03

BOLETIM MACRO REGIONAL

NORDESTE

**AS CONDIÇÕES
SOCIOECONÔMICAS DAS CAPITAIS
NORDESTINAS**

DESAFIOS PARA A PRÓXIMA GESTÃO MUNICIPAL



Índice

Atividade Econômica.....	4
Atividade Setorial – Indústria	6
Atividade Setorial – Serviços e Comércio	8
Mercado de Trabalho – Saldo de Empregos	12
Mercado de Trabalho – Rendimento Médio e Massa Salarial	14
Inflação	16
Comércio Exterior.....	19
Finanças Públicas.....	21
Nordeste em Foco	
UM RETRATO SOCIAL DAS CAPITAIS NORDESTINAS E O DESAFIO DAS NOVAS GESTÕES MUNICIPAIS	24



Editorial

Nessa edição, além das análises sobre a atividade econômica, inflação e comércio exterior da região Nordeste e Estados, a seção de mercado de trabalho, junto com apresentação do saldo de empregos gerados, traz também uma discussão sobre a expansão tanto do rendimento médio como da massa salarial na região, que no segundo trimestre de 2024 cresceram, respectivamente, 5% e 7,6% em relação ao trimestre imediatamente anterior, indicando aquecimento do mercado de trabalho do Nordeste. Por fim, a última parte do Boletim é dedicada a discutir um tema específico e de grande importância para o debate na região, o “Nordeste em Foco”, capa deste número.

Trazendo as principais evidências levantadas por diversas fontes documentadas no texto, verificou-se, pelo segundo mês consecutivo em 2024, no Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR), uma leve desaceleração no crescimento do Nordeste em relação ao mês anterior. Em julho, tinha sido de -0,1% e em agosto de -0,2%. O fraco desempenho mensal não foi exclusividade da região Nordeste, com o Sul e o Norte também apresentando quedas. Já o Brasil, que registrou queda em julho, se recuperou em agosto, com crescimento de +0,2%

Em termos de ocupação no mercado formal, de acordo com os dados do CAGED, a geração de empregos no Nordeste bateu em agosto o recorde deste ano, com quase 72,4 mil postos de trabalho, indicando o bom momento que vive a região em termos de oportunidades no mercado de trabalho.

Quanto à inflação, medida pelo IPCA, em setembro/24 no Nordeste houve alta de +0,28%, revertendo a leve queda observada em agosto. Com esse resultado, já são quatro meses consecutivos em que a região fica abaixo da média nacional. No Comércio Exterior, os dados para setembro mostram a continuidade da trajetória de déficit da balança comercial, com saldo negativo de US\$ 713,23 milhões, valor significativo em relação ao déficit no mesmo mês de 2023, de US\$ 232,48 milhões.

No que concerne as finanças públicas dos estados da região, esta edição focou em analisar as notas da CAPAG e suas implicações. Constatou-se que, após a pandemia da COVID-19, a grande maioria dos estados melhorou sua nota devido à redução da razão entre gasto corrente e receita corrente líquida.



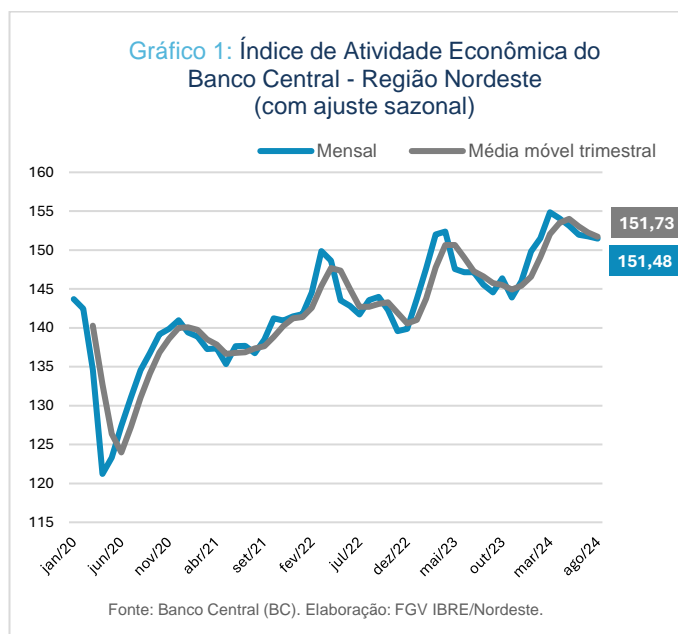
Por fim, no “Nordeste em Foco”, discute-se como tema central desta edição a apresentação de um retrato das condições socioeconômicas das capitais nordestinas, com dados da PNAD de 2023, em que foram abordados dois conjuntos de indicadores muito relacionados. O primeiro deles faz referência a indicadores de renda média, desigualdade de renda, incidência de pobreza e extrema pobreza, bem como a composição da renda das famílias. O segundo conjunto faz referência ao mercado de trabalho, retratando valores médios e nível de desigualdade dos rendimentos do trabalho, além de indicadores clássicos de participação, ocupação e informalidade. As evidências encontradas mostram um quadro preocupante, principalmente nas dimensões de renda, desigualdade e pobreza, sem falar que o mercado de trabalho no Nordeste, relativamente, tem taxas de participação menores e taxas de desocupação e informalidade maiores. Todos esses aspectos constituem um desafio para as novas gestões municipais das capitais, no sentido de buscar políticas públicas inovadoras e específicas para cada realidade local, com ações voltadas principalmente para o maior desenvolvimento do mercado de trabalho, incentivos para a formalização e o fortalecimento da rede de proteção social, buscando assim a construção de um futuro mais inclusivo para as capitais nordestinas.



Atividade Econômica

A atividade econômica desacelera no curto prazo, mas no acumulado do ano continua mostrando bom desempenho

O Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR), ajustado sazonalmente e em comparação com a média móvel, registrou a segunda queda mensal consecutiva do indicador. A região Nordeste apresentou leve queda de -0,1% em julho/2024 e, em agosto/2024, caiu -0,2% em comparação ao mês imediatamente anterior. O fraco desempenho mensal não foi exclusividade da região Nordeste, com o Sul (-0,6%) e o Norte (-0,1%) também apresentando quedas. O Centro-Oeste teve o maior crescimento regional, de +0,5% em agosto/2024, seguido do Sudeste (+0,3%). O Brasil, que registrou variação negativa no mês anterior, se recuperou com um crescimento de +0,2%.



A análise trimestral, ajustada sazonalmente, aponta recuo de -1,5% na atividade econômica do Nordeste, tornando-a a única região com resultado negativo nesse período. Em contraste, o Brasil registrou crescimento de +1,5%. Em comparação com o forte ritmo do início do ano, a Região vem desacelerando. Isso de certa forma é esperado, visto o comportamento cíclico da série de trimestre móvel.

No nível estadual, com dados dessazonalizados, o Ceará apresentou o maior crescimento (+1,2%), ficando atrás apenas do Amazonas (+1,3%) na comparação com o mês imediatamente anterior, em agosto/2024. Pernambuco manteve-se praticamente estável, enquanto a Bahia registrou queda. Na comparação trimestral, mais uma vez o Ceará foi destaque, com aumento de +1,3%, seguido por Pernambuco (+0,4%), enquanto a Bahia permaneceu estável.



Tabela 1: Variações percentuais do IBC-R Dessazonalizado – agosto/2024

UF	Mês ⁽¹⁾	Trimestre ⁽²⁾
BA	▼0,3	0,0
CE	▲1,2	▲1,3
PE	▲0,1	▲0,4
NE	▼0,2	▼1,5
BR	▲0,2	▲1,5

Fonte: Banco Central. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. Notas: (1) variação do mês em relação ao mês imediatamente anterior. (2) variação no trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Na análise dos dados observados, sem ajuste sazonal, o Nordeste apresentou crescimento de +3,4%, superando o Brasil na variação mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior. O desempenho é bastante positivo em todos os indicadores, quando comparado com os números do ano passado. **No acumulado até agosto, o Nordeste cresceu +3,3%, e em 12 meses, +2,9%. Esse crescimento está ligado ao aquecimento do mercado de trabalho e ao aumento da massa salarial, que impulsionam o consumo.** Regiões como o Nordeste, dependentes do setor de serviços, são beneficiadas diretamente por essa elevação na demanda, já que o setor de serviços é um dos maiores empregadores e se expande com o aumento do poder de compra da população. Isso pode explicar o desempenho positivo do Nordeste, mesmo diante de eventuais flutuações mensais que possam ocorrer no curto prazo.

Tabela 2: Variações percentuais do IBC-R – agosto/2024

UF	Mês ⁽¹⁾	Trimestre ⁽²⁾	Ano ⁽³⁾	Últimos 12 meses ⁽⁴⁾
BA	▲3,6	▲2,8	▲2,5	▲2,7
CE	▲7,5	▲6,4	▲5,8	▲4,5
PE	▲3,2	▲3,2	▲3,6	▲3,4
NE	▲3,4	▲3,5	▲3,3	▲2,9
BR	▲3,1	▲4,0	▲2,9	▲2,5

Fonte: Banco Central. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. Notas: (1) variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. (2) variação no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. (3) variação no ano até o mês base. (4) variação dos últimos 12 meses em relação aos mesmos meses do ano anterior.

Observando as variações mensais em comparação ao mesmo mês do ano anterior, em nível estadual, o Ceará registrou aumento significativo de +7,5%, o segundo maior entre os estados pesquisados. A Bahia também apresentou crescimento positivo, com +3,6%, e Pernambuco com +3,2%, acompanhando o desempenho positivo da região. No acumulado do ano, o Ceará cresce +5,8%, ficando atrás apenas do Pará (+6,2%) em nível nacional. Esses dados confirmam o fortalecimento da economia no Nordeste, impulsionada pelo desempenho favorável das maiores economias da região.



Atividade Setorial – Indústria

A indústria nordestina cresce +1,2% nos primeiros oito meses de 2024, enquanto o Brasil avança +3,0%, destacando uma recuperação mais lenta na região.

O índice de produção industrial ajustado sazonalmente caiu 0,8 ponto, alcançando 99,58 pontos, o que explica o recuo de -0,8% na produção física industrial da Região Nordeste em agosto/2024, em comparação com o mês imediatamente anterior. Esse desempenho interrompe o crescimento registrado em julho/2024, conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, indicando desaceleração no ritmo da atividade industrial na região. No Brasil, o crescimento da produção física industrial em agosto/2024 foi praticamente estável, com variação de +0,1%, mas voltando para o campo positivo.

Tabela 1: Desempenho da Indústria Geral - agosto/2024

UF	Var. mensal ⁽¹⁾	Var. mesmo mês ⁽²⁾	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
BA	▲0,8	▲5,6	▲2,5	▲2,5
CE	▲2,7	▲17,3	▲8,9	▲5,4
MA	-	▲2,1	▲3,6	▲1,5
PE	▼2,2	▲3,4	▲2,4	▲3,2
RN	-	▼22,6	▲13,7	▲12,9
NE	▼0,8	▲4,5	▲1,2	▲0,2
BR	▲0,1	▲2,2	▲3,0	▲2,4

Fonte: PIM-PF-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

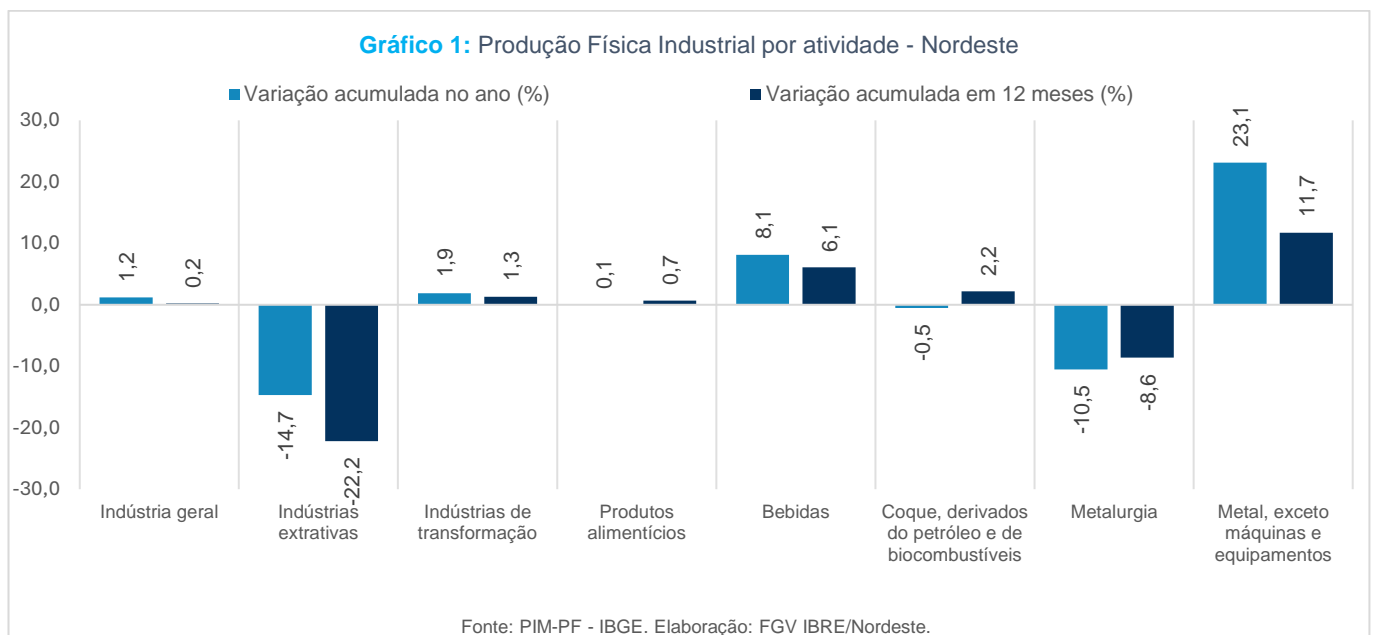
Ao avaliar o desempenho estadual da produção industrial em agosto/2024, o Ceará se destacou com um crescimento expressivo de +2,7% – terceiro aumento consecutivo –, indicando forte avanço na atividade industrial nos últimos meses. A Bahia também registrou desempenho positivo, com crescimento moderado de +0,8%. Em contraste, Pernambuco apresentou retração de -2,2%, mas o estado tinha crescido +4,3% em julho/2024.

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, a indústria geral da Região cresceu +4,5% em agosto/2024, valor bem acima da média nacional de +2,2%, com a indústria extrativa crescendo +9,5% e a transformação, +4,3%. O Ceará se destacou com crescimento expressivo de +17,3%, impulsionado pelo forte desempenho na Fabricação de produtos químicos (+106%), Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+56,3%) e Fabricação de produtos têxteis (+51,4%). Todos os estados da região registraram crescimento, exceto o Rio Grande do Norte, que teve queda significativa de -22,6%, influenciada pela retração de -29,6% na Fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis. Em relação à indústria de transformação da região, as atividades Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+30,5%) e Fabricação de produtos químicos



(+26,6%) foram os destaques positivos. Já a Metalurgia caiu -2,5% e a Fabricação de Alimentos, -4,6%.

No acumulado do ano até agosto/2024, a indústria do Nordeste cresceu +1,2%, enquanto o Brasil registrou +3,0%. A indústria de transformação no Nordeste avançou +1,9%, mas a extrativa caiu -14,7%, contrastando com o desempenho nacional, em que a indústria de transformação cresceu +3,2% e a extrativa, +2,3%. Nos últimos 12 meses, o Nordeste cresce modestamente, +0,2%. Já no Brasil a expansão chega a +2,4%. Os dados refletem uma recuperação mais lenta na região em relação ao c e n á r i o n a c i o n a l .



No acumulado do ano até agosto/2024, todos os estados nordestinos pesquisados registraram crescimento na indústria geral. Rio Grande do Norte (+13,7%) e Ceará (+8,9%) destacaram-se com os maiores avanços, impulsionados principalmente pela indústria de transformação, sendo os líderes no crescimento da produção física industrial no Brasil em 2024. O Maranhão também registrou crescimento de +5,5% na indústria de transformação, embora a indústria extrativa tenha sofrido queda de -11,0%. Pernambuco e Bahia apresentaram crescimento de +2,4% na indústria de transformação, consolidando um desempenho positivo no setor em 2024.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial na Região Nordeste alcançou 53,60 pontos em setembro/2024. Esse resultado reflete um aumento no otimismo dos empresários em relação às condições atuais da indústria. Em comparação ao valor de 50,8 pontos registrado em agosto/2024, o índice apresentou crescimento significativo de quase 3 pontos em setembro, indicando confiança dos empresários industriais na recuperação e no desempenho do setor, pelo menos no curto prazo.



Atividade Setorial – Serviços e Comércio

O desempenho dos serviços e no comércio nos estados nordestinos mostra crescimento no acumulado do ano

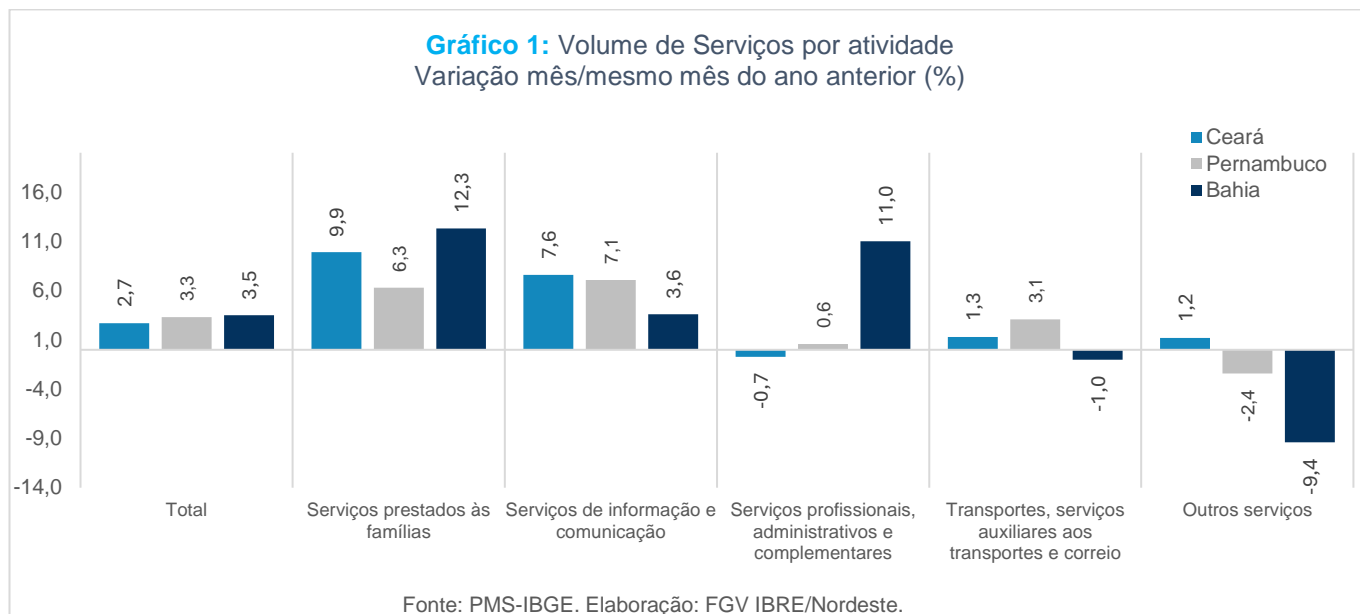
O volume de serviços no Brasil registrou queda de -0,4% em agosto/2024, com a maioria dos estados nordestinos acompanhando a tendência nacional, conforme apontado pela Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PMS-IBGE). Esse resultado reverte o desempenho positivo observado em julho/2024, quando houve variação favorável em relação ao mês imediatamente anterior. As exceções ficaram por conta do Ceará (+1,3%) e Bahia (+1,2%), que são exatamente os estados que apresentaram queda em julho/2024. Os estados de pior desempenho foram Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, mas uma grande parte desse resultado deve-se à margem de comparação mais alta registrada em julho/2024. Sergipe continua sendo destaque nas variações acumuladas do ano e em 12 meses, juntamente com o Piauí.

Em relação a agosto/2023, o único resultado negativo foi apresentado por Alagoas (-0,5%) e o destaque positivo ficou para Sergipe (+10,0%), com o maior crescimento do Brasil nesse indicador. Em relação ao volume de serviços no Ceará, Pernambuco e Bahia, com base no mesmo mês do ano anterior, a Bahia liderou o crescimento, com +3,9% no total, com destaque para o aumento de 12,3% nos serviços prestados às famílias e 11,0% nos serviços profissionais. Todos os estados nordestinos, com exceção de Alagoas, apresentaram crescimento superior ao registrado no Brasil (+1,7%).

Tabela 1: Desempenho do Volume de Serviços - agosto/24

UF	Var. Mensal ⁽¹⁾	Var. mesmo mês ⁽²⁾	Var. acum. Ano	Var. acum. 12 meses
AL	▼4,0	▼0,5	0,0	▼0,4
BA	▲1,2	▲3,5	▲1,1	▲2,4
CE	▲1,3	▲2,7	▲0,8	▲1,2
MA	▼0,3	▲3,4	▲2,5	▲2,8
PB	▼4,1	▲2,7	▲3,4	▲2,4
PE	▼0,9	▲3,3	▲3,8	▲2,2
PI	▼1,5	▲8,2	▲4,2	▲4,6
RN	▼4,4	▲3,3	▲1,1	▲1,4
SE	▼4,5	▲10,0	▲5,1	▲4,3
BR	▼0,4	▲1,7	▲2,7	▲1,9

Fonte: PMS-IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. *Var. mensal com ajuste sazonal.



Para agosto/2024, o volume de atividades do turismo no Nordeste continua com a mesma tendência do mês anterior, apresentando resultados mistos. Bahia teve o melhor desempenho, com alta de +10,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior e com bom desempenho no acumulado no ano (+8,2%) e em 12 meses (+7,8%). Pernambuco também registrou crescimento anual (+3,0%), no acumulado do ano (+3,5%), e nos últimos 12 meses (+2,6%). Já Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte mostraram dificuldades, com quedas tanto no acumulado do ano quanto nos últimos 12 meses, sendo Alagoas o mais afetado. Comparado ao Brasil, Bahia e Pernambuco superaram a média nacional nas variações acumuladas.

Tabela 2: Desempenho do Volume de Atividades do Turismo – agosto/24

UF	Var. Mensal ⁽¹⁾	Var. mesmo mês ⁽²⁾	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
AL	▼1,9	▲0,3	▼3,4	▼2,5
BA	▲0,9	▲10,2	▲8,2	▲7,8
CE	▼0,3	▲6,3	▲1,1	▼3,6
RN	▲0,9	▲2,1	▼3,2	▼4,2
PE	▼1,3	▲3,0	▲3,5	▲2,6
BR	0,0	▲2,6	▲1,5	▲2,5

Fonte: PMS-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O desempenho do comércio varejista em agosto/2024 para as unidades federativas do Nordeste foi marcado por resultados positivos de maneira geral. Destaque para o Ceará, que apresentou o maior crescimento mensal (+2,1%), seguido pela Bahia (+1,3%), Maranhão e Piauí (+0,8%). Por outro lado, Alagoas (-0,1%), Pernambuco (-0,6%) e Sergipe (-0,6%) registraram variações mensais negativas. No comparativo anual, todos os estados tiveram crescimento, com Paraíba se destacando com alta

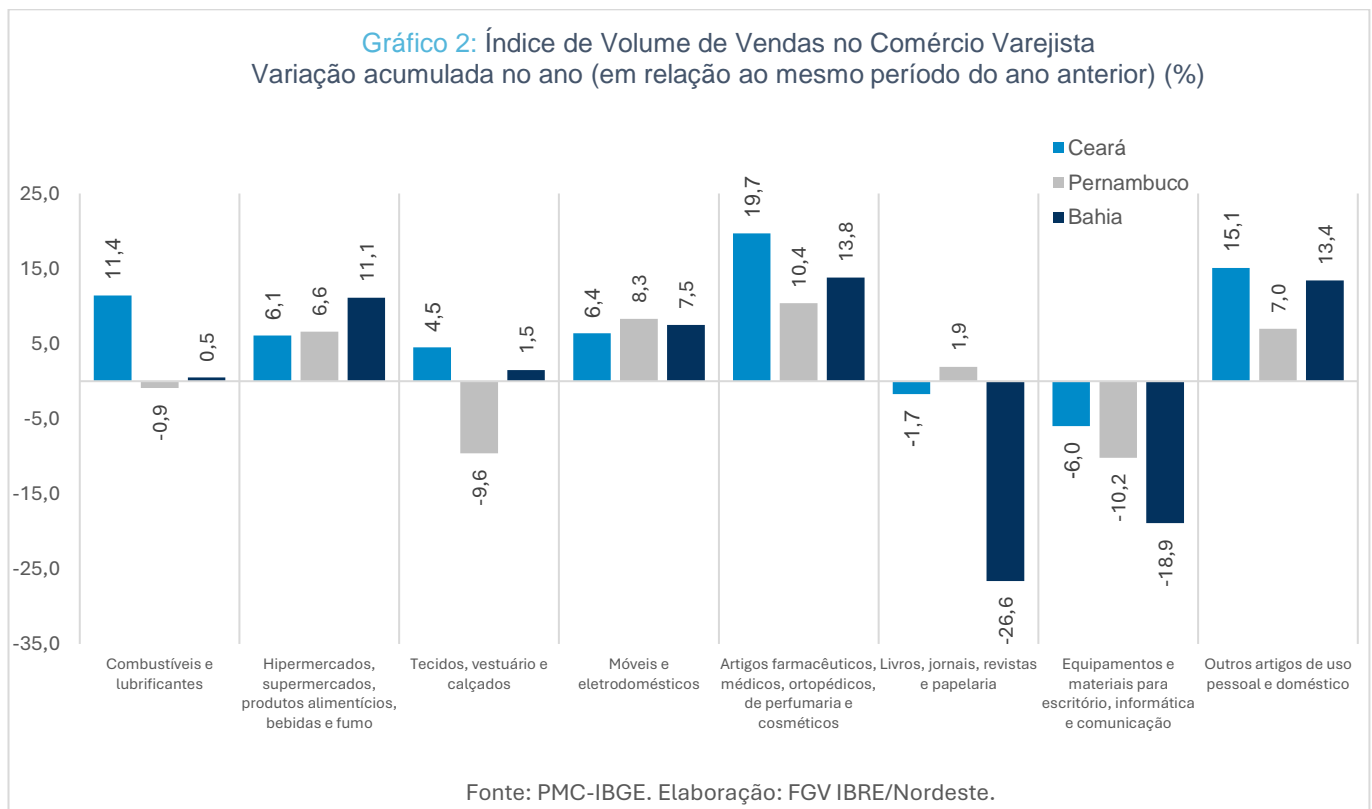


significativa de +19,9% e também mostrando forte crescimento no acumulado do ano (+12,0%). Em relação à média nacional, todos os estados nordestinos superaram o crescimento anual de +5,1% registrado no Brasil.

Tabela 3: Desempenho do Comércio Varejista - agosto/24

UF	Var. Mensal ⁽¹⁾	Var. mesmo mês ⁽²⁾	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
AL	▼0,1	▲8,8	▲6,2	▲4,5
BA	▲1,3	▲7,9	▲8,1	▲7,0
CE	▲2,1	▲9,6	▲8,7	▲8,6
MA	▲0,8	▲6,5	▲7,7	▲8,6
PB	▲0,1	▲19,9	▲12,0	▲1,5
PE	▼0,6	▲6,0	▲5,1	▲3,2
PI	▲0,8	▲7,0	▲6,0	▲3,6
RN	▲0,7	▲6,8	▲5,7	▲3,0
SE	▼0,6	▲5,2	▲5,1	▲2,7
BR	▼0,3	▲5,1	▲5,1	▲4,0

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.



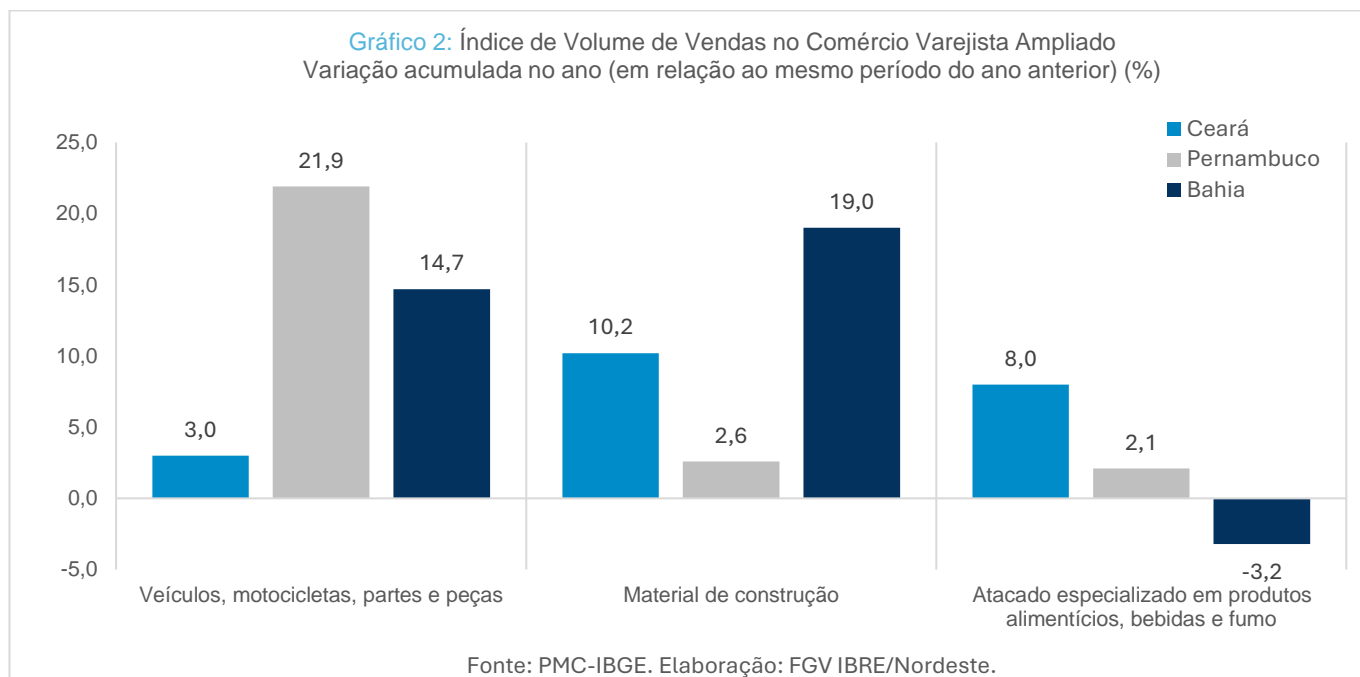
No acumulado do ano até agosto/2024, o comércio cearense vem sendo puxado pelas atividades relacionadas ao comércio de combustíveis e lubrificantes (+11,4%) e pelos artigos farmacêuticos (+19,7%), que também crescem substancialmente na Bahia e em Pernambuco. O volume de comércio



em hipermercados e supermercados, móveis e eletrodomésticos também mostra bons números no ano. Até agosto/2024, o resultado negativo vem do comércio de equipamentos e materiais para escritório.

Em agosto/2024, na variação mensal do volume de vendas no **comércio varejista ampliado**, alguns estados registraram crescimento, como Rio Grande do Norte (+1,3%), Pernambuco (+0,8%) e Bahia (+0,6%), enquanto Maranhão (-1,7%), Paraíba (-1,2%) e Piauí (-1,2%) mostraram queda. No comparativo anual, todos os estados tiveram alta, com destaque para a Paraíba (+16,6%) e Ceará (+8,2%). Já no acumulado do ano, os maiores crescimentos foram em Maranhão (+9,1%) e Paraíba (+11,0%), superando a média nacional de 4,5%. Em 12 meses, Maranhão (+10,5%) e Ceará (+8,8%) se destacaram, enquanto o Brasil registrou uma alta de 3,7%.

Analisando por atividade do comércio varejista ampliado, o Ceará, Bahia e Pernambuco registram números positivos no acumulado do ano, com Pernambuco se destacando no setor de veículos. A Bahia lidera em materiais de construção, mas com retração no setor alimentício e o Ceará cresce em todas as atividades pesquisadas.

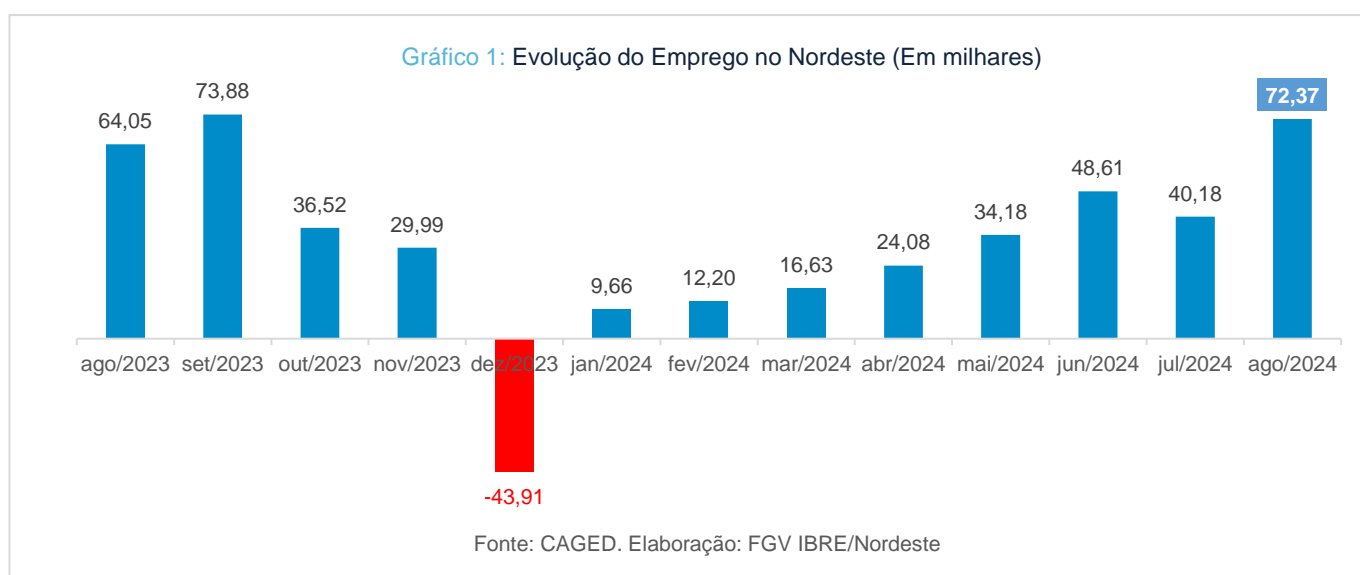




Mercado de Trabalho – Saldo de Empregos

A geração de empregos no Nordeste bate recorde em agosto/2024

A geração de empregos no Nordeste bateu o recorde em agosto/2024, com quase 72,4 mil postos de trabalho na série ajustada, de acordo com os dados do CAGED. No total, foram admitidas 331,1 mil pessoas e desligadas 258,7 mil em agosto/2024. O estoque de empregos formais na região se mantém em torno de 7,8 milhões, representando uma variação relativa de +0,93%, superior à variação nacional, que foi de +0,49%. Em comparação a agosto de 2023, houve acréscimo de 8,3 mil vagas formais.



Entre os estados do Nordeste, a Paraíba se destacou em agosto/2024 com a maior variação relativa de emprego, registrando aumento de +1,81% e a criação de mais de 9 mil novos vínculos formais, mais que o dobro do registrado em julho de 2024. Outro destaque foi Pernambuco, que liderou o saldo positivo de empregos na região com a criação de mais de 18,1 mil novos postos formais, resultando em uma variação relativa de +1,22%. Com esse resultado, Pernambuco superou a Bahia, que em julho/2024 ocupava o primeiro lugar no ranking dos estados com maior geração mensal de empregos na região.

No acumulado de 2024, o Nordeste criou mais de 257,9 mil empregos com carteira assinada, superando o desempenho do ano anterior. Em relação aos estados da região, até julho/2024, Alagoas era o único estado da região com perda de postos de trabalho ao longo do ano, mas essa tendência foi revertida em agosto. O estado vinha reduzindo gradualmente seu saldo negativo mês a mês, até alcançar um resultado positivo no último levantamento. No acumulado do ano, a Bahia se destacou com o maior saldo positivo, de +81.096 vagas formais, seguida por Ceará (+44.179) e Pernambuco (+43.492).



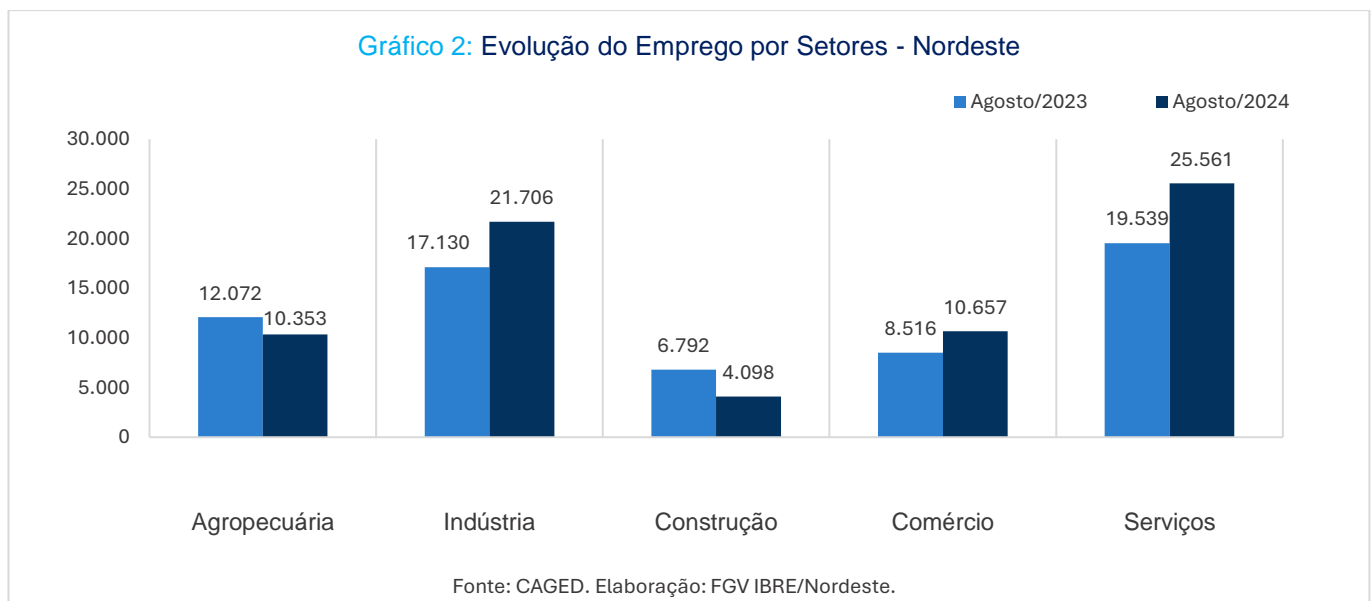
Tabela 1: Saldo de Empregos no Nordeste - agosto/2024

UF	Agosto	Acumulado do Ano	Situação (em relação a agosto/2023)	Situação (em relação ao acumulado 2023)
AL	5.171	1.824	▲	▲
BA	16.149	81.096	▲	▲
CE	9.294	44.179	▼	▲
MA	2.516	16.429	▲	▼
PB	9.014	20.153	▲	▲
PE	18.112	43.492	▲	▲
PI	2.065	15.352	▼	▼
RN	7.239	26.340	▲	▲
SE	2.812	9.060	▲	▲
NE	72.372	257.925	▲	▲
BR	232.513	1.726.489	▲	▲

Fonte: CAGED. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. * série com ajuste

O setor agropecuário foi um dos principais destaques em agosto de 2024, com saldo de +10.353 novos empregos e variação de +3,30%, impulsionado principalmente pela agricultura e pecuária (+10.193 vagas). A indústria também apresentou desempenho forte, gerando +21.706 novos postos de trabalho, com variação de +1,80%. Dentro desse segmento, as indústrias de transformação se destacaram, com saldo de +20.834 empregos, representando uma variação de 1,99%. No setor de serviços, o destaque foi para as atividades de administração pública, defesa, seguridade social, saúde e educação, que adicionaram +7.615 postos. O comércio também contribuiu significativamente, com saldo positivo de +10.657 novos empregos, representando uma variação relativa de 0,58%. Por outro lado, o setor de construção teve crescimento mais modesto, gerando 4.098 novos empregos, com variação relativa de 0,74%.

Gráfico 2: Evolução do Emprego por Setores - Nordeste





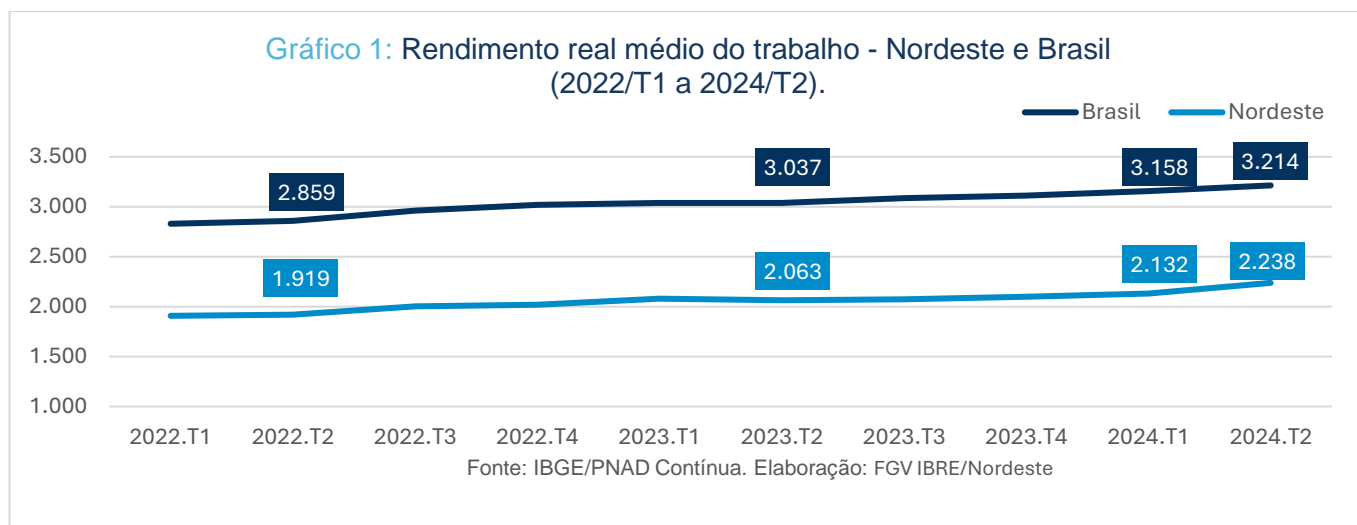
Mercado de Trabalho – Rendimento Médio e Massa Salarial

Crescimento do rendimento real médio e da massa salarial reforçam aquecimento no mercado de trabalho do Nordeste.

Com base nos dados da PNAD Contínua, atualizados até o segundo trimestre de 2024, o rendimento real médio do trabalho (habitualmente recebido de todos os trabalhos) na região Nordeste foi estimado em R\$ 2.238 ao mês. Trata-se do maior valor da série iniciada em 2012 e foi alcançado em um contexto em que os rendimentos do trabalho apresentaram crescimento contínuo em todas as regiões, desde o segundo semestre de 2023.

A dinâmica recente dos rendimentos do trabalho no Nordeste merece destaque. Em relação ao trimestre anterior, o rendimento médio apresentou crescimento de +5,0%. No mesmo período, o crescimento do valor médio brasileiro foi de +1,8%. Quando considerada a variação anual, relativa à estimativa do segundo trimestre de 2023, o crescimento do rendimento médio no Nordeste foi de +8,5%. No Brasil, o crescimento do rendimento médio no mesmo período foi de +5,8%.

Considerando informações dos últimos dois anos, o Gráfico 1 apresenta a trajetória recente do rendimento real médio do trabalho para a região Nordeste e para o Brasil.



Apesar do crescimento destacado nos trimestres recentes, no comparativo com as demais regiões do país, os rendimentos do trabalho no Nordeste ainda se apresentam em nível inferior. A média dos rendimentos do trabalho na região representa um valor equivalente a 70% da média nacional, que no trimestre mais recente foi estimada em R\$3.214.

Considerando estimativas para os estados da região, os menores rendimentos foram calculados para os estados do Maranhão (R\$2.088), Alagoas (R\$2.127) e Ceará (R\$2.164). Por sua vez, os maiores valores estimados são para os estados do Rio Grande do Norte (R\$2.651), Piauí (R\$2.354) e Sergipe (R\$2.293). No último trimestre, as maiores variações foram observadas para os estados do Maranhão



(8,7%) e Pernambuco (8,5%). Considerando a variação no último ano, destaca-se o crescimento do rendimento médio do trabalho no Rio Grande do Norte (+19,7%) e na Bahia (+15,9%). Essas informações estão sumarizadas na Tabela 1.

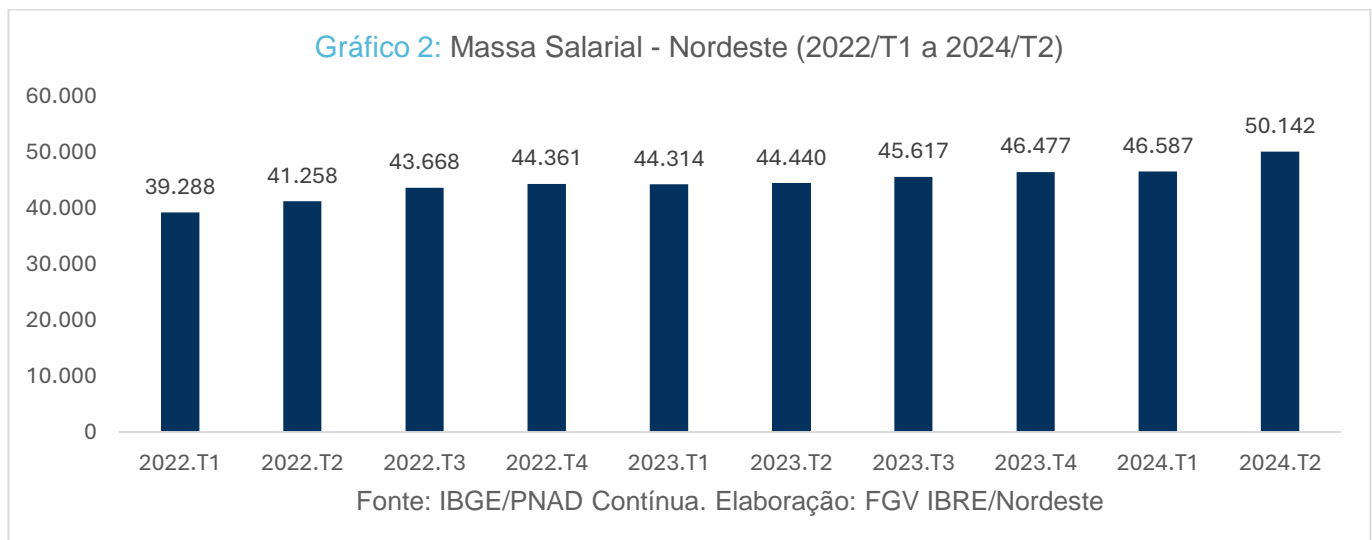
Tabela 1: Rendimento real médio do trabalho (R\$ mensais) no Nordeste – trimestres selecionados.

UF	2º trim 2023 (R\$)	1º trim 2024 (R\$)	2º trim 2024 (R\$)	Variação anual (%)	Variação trimestral (%)
AL	2.055	2.106	2.127	▲ 3,5	▲ 1,0
BA	1.904	2.130	2.206	▲ 15,9	▲ 3,6
CE	2.084	2.019	2.164	▲ 3,8	▲ 7,2
MA	1.913	1.921	2.088	▲ 9,1	▲ 8,7
PB	2.166	2.321	2.267	▲ 4,7	▼ 2,3
PE	2.165	2.101	2.279	▲ 5,3	▲ 8,5
PI	2.377	2.294	2.354	▼ 1,0	▲ 2,6
RN	2.214	2.502	2.651	▲ 19,7	▲ 6,0
SE	2.233	2.210	2.293	▲ 2,7	▲ 3,8
NE	2.063	2.132	2.238	▲ 8,5	▲ 5,0
BR	3.037	3.158	3.214	▲ 5,8	▲ 1,8

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IBRE/FGV.

O crescimento do rendimento real médio do trabalho, em conjunto com o comportamento da população ocupada, se traduz no indicador de massa salarial. A massa salarial (baseada no rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos) alcançou o valor de R\$ 50,142 bilhões, no segundo trimestre de 2024. Esse valor corresponde a 15,5% da massa salarial brasileira. O Gráfico 2 apresenta a evolução mais recente dos valores da massa salarial habitualmente recebida, do primeiro trimestre de 2022 ao segundo trimestre de 2024. Mantendo o foco nessa dinâmica recente, tem-se que a massa salarial acumulou um crescimento de 21,5% desde o segundo trimestre de 2022. No último ano o crescimento foi de 12,8%. E, no último trimestre, de 7,6%.

Gráfico 2: Massa Salarial - Nordeste (2022/T1 a 2024/T2)





Inflação

A Energia Elétrica foi o principal responsável pelo crescimento do IPCA nas capitais nordestinas em setembro

O IPCA do Nordeste em setembro/2024 foi de 0,28%, revertendo a queda observada em agosto/2024, quando houve retração de -0,08%. Esse desempenho marca o quarto mês consecutivo em que a inflação da região ficou abaixo da média nacional. Entre as capitais nordestinas, apenas o IPCA de São Luís cresceu acima do Brasil, com +0,60%, enquanto Aracaju registrou a menor variação mensal do país, com +0,07%, seguida de Recife, que apresentou variação de +0,17%.

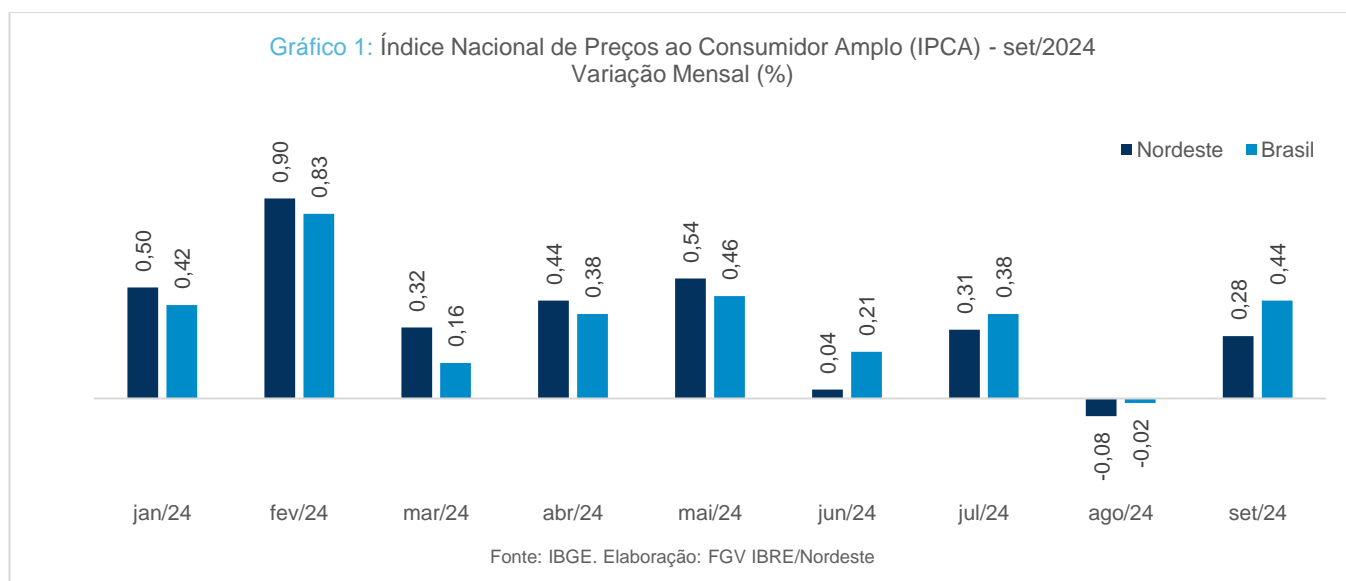


Tabela 1: Inflação (IPCA) – setembro/2024

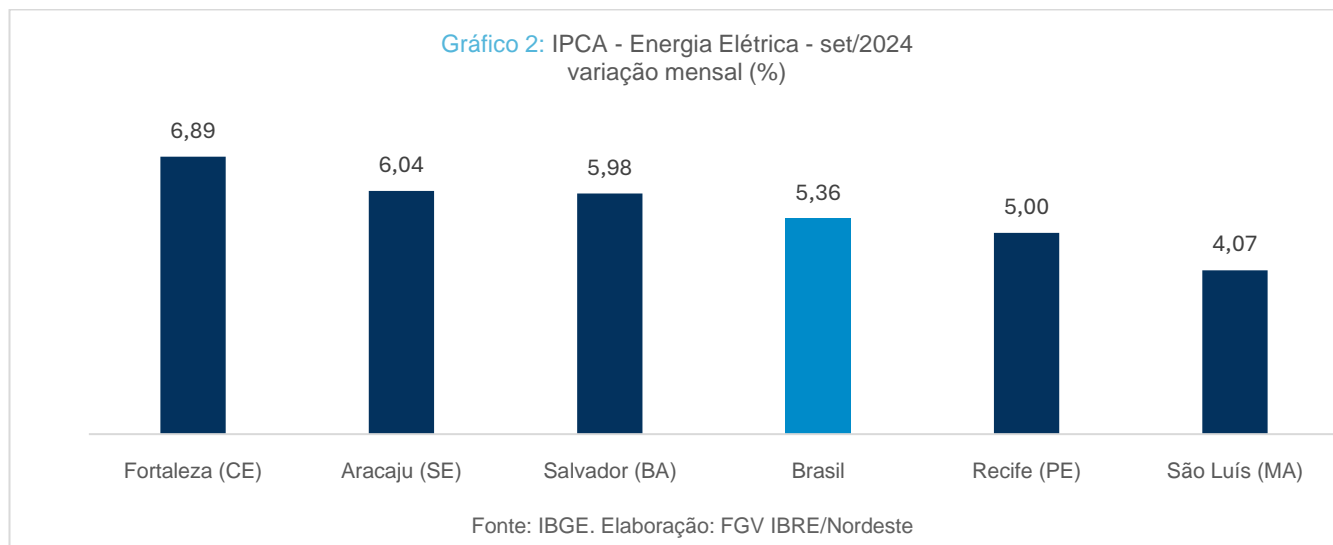
UF	Var. Mensal	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
Fortaleza (CE)*	▲ 0,30	▲ 3,31	▲ 4,42
Recife (PE)*	▲ 0,17	▲ 3,05	▲ 2,87
Salvador (BA)*	▲ 0,28	▲ 2,96	▲ 3,95
São Luís (MA)	▲ 0,60	▲ 4,82	▲ 4,62
Aracaju (SE)	▲ 0,07	▲ 3,76	▲ 3,75
BR	▲ 0,44	▲ 3,31	▲ 4,42

Fonte: IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. *Região Metropolitana

O comportamento do grupo alimentação foi responsável, em grande parte, pela queda observada em agosto/2024, uma vez que esse componente possui o maior peso relativo no índice. Em setembro/2024, no entanto, houve aceleração desse grupo em capitais como Fortaleza (+0,23%) e São Luís (+0,82%), enquanto nas demais capitais foram registradas quedas, com destaque para Aracaju, que apresentou retração significativa de -1,04%.



Conforme relatado no Boletim Macro Regional de outubro/2024, era esperado um aumento no IPCA em setembro/2024 devido à alteração no patamar da bandeira tarifária, o que de fato ocorreu. A mudança para a Bandeira Vermelha Patamar 1 trouxe um custo adicional de R\$4,463 a cada 100 kWh consumidos, impactando diretamente a inflação de energia elétrica residencial e contribuindo para a elevação do índice geral. A energia residencial é componente do grupo habitação, que puxou o aumento geral.



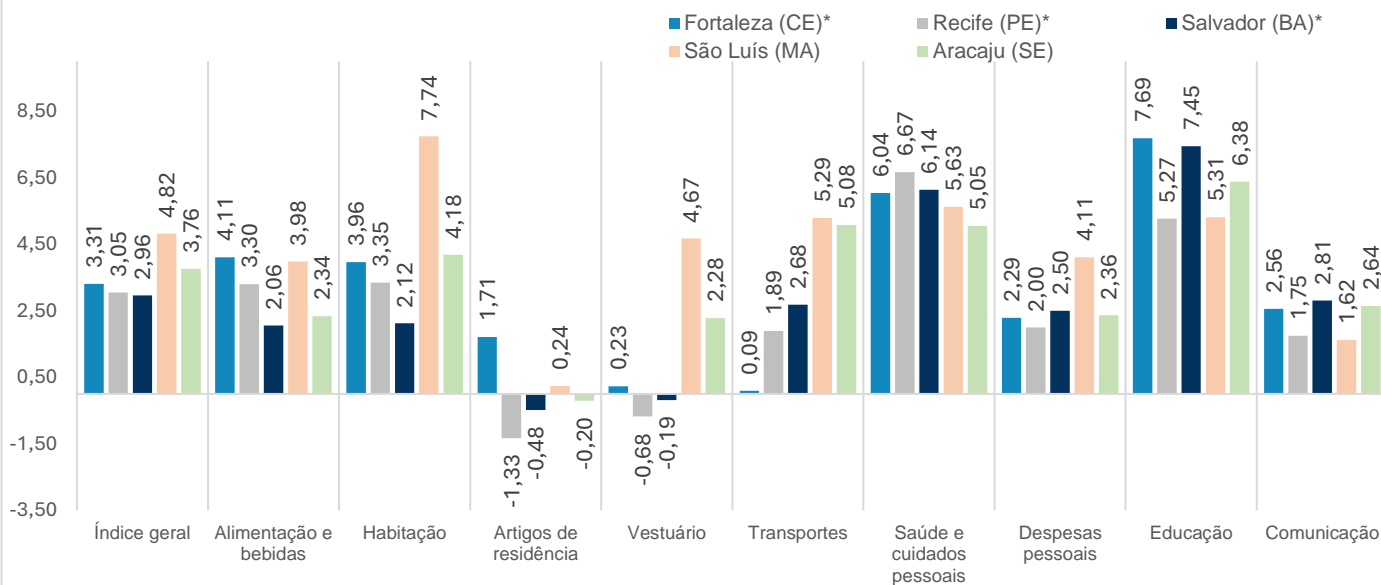
O grupo de transportes, que havia registrado aumento em quase todas as capitais nordestinas em agosto/2024, reverteu a tendência em setembro/2024, com quedas generalizadas em todas as capitais da região, enquanto, no Brasil, o grupo apresentou alta de +0,14%. As maiores retrações foram observadas em Fortaleza (-1,11%), Recife (-0,97%) e São Luís (-0,61%). Esse resultado foi influenciado principalmente pela queda nos preços da gasolina, do óleo diesel e do etanol.

Nos demais grupos do IPCA, o segmento de saúde e cuidados pessoais registrou aumentos em todas as capitais nordestinas analisadas, refletindo uma elevação generalizada nos preços dos produtos e serviços desse setor. São Luís teve a maior variação, com +0,92%, seguida por Recife (+0,87%) e Fortaleza (+0,84%), todas acima da média nacional de +0,46%. Em contraste, o grupo de educação apresentou variação mais próxima à estabilidade, com menor impacto no índice geral de inflação em setembro/2024. Por outro lado, o grupo de despesas pessoais registrou deflação nas capitais da região.

No acumulado até setembro/2024, Salvador (+2,96%) e Recife (+3,05%) registram índices inferiores à média nacional (+3,31%). Esse desempenho foi influenciado principalmente pelos grupos de alimentação e bebidas e habitação, que tiveram crescimentos menores em comparação com o Brasil. Ao analisar o período dos últimos 12 meses, Recife apresentou variação de +2,87% e Aracaju de +3,75%, ambos abaixo da média nacional de +4,42%.



Gráfico 3: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - set/2024
Variação acumulada no ano (%)



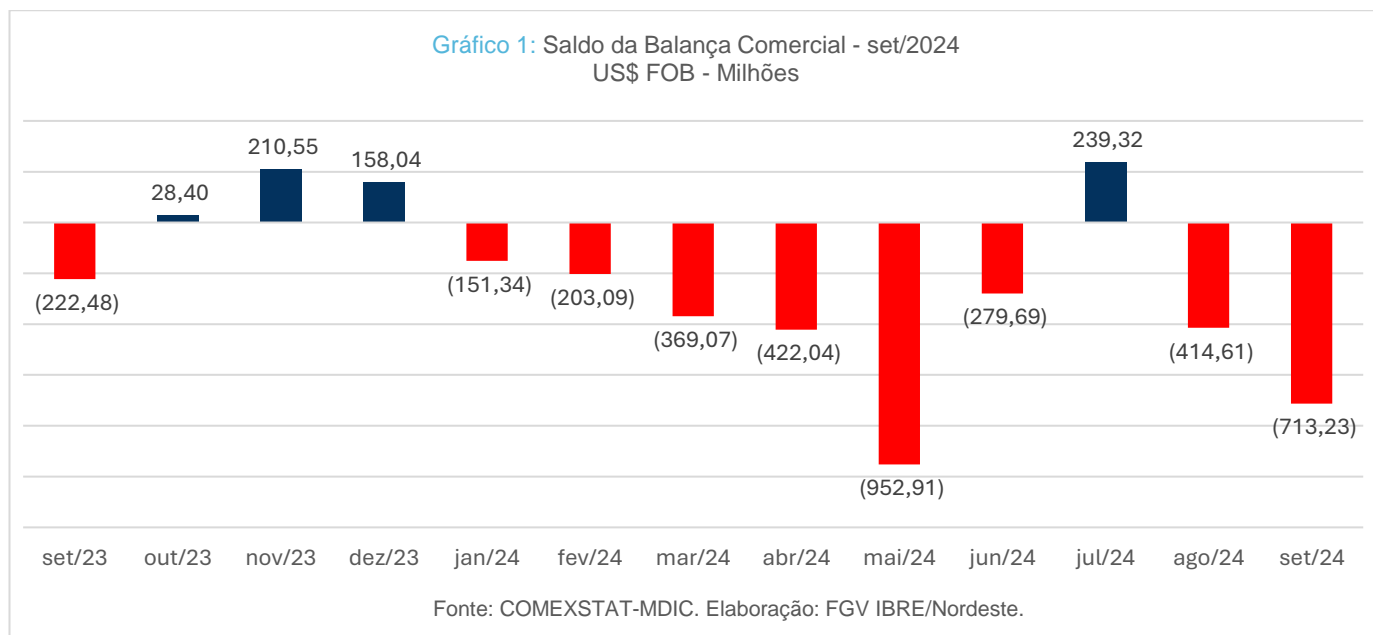
Fonte: IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.



Comércio Exterior

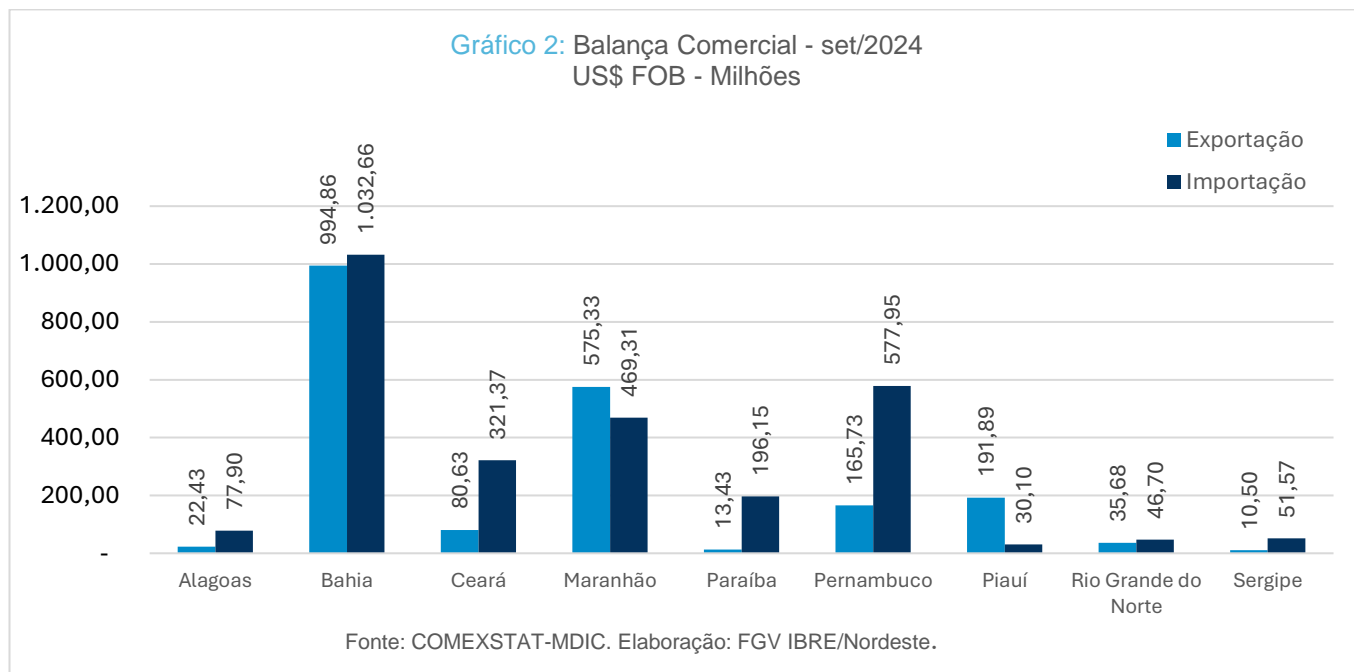
A queda das exportações mantém o saldo negativo da balança comercial

Os dados divulgados para setembro revelam a continuidade da trajetória de déficit na balança comercial, que se mantém ao longo do ano, com saldo negativo de US\$ 713,23 milhões. Esse resultado é consideravelmente pior que o registrado em setembro de 2023, quando o déficit foi de US\$ 232,48 milhões. Em relação à participação nacional, as exportações do Nordeste corresponderam a aproximadamente 7,26%, enquanto as importações atingiram 11,97%.



O saldo positivo do Piauí em setembro, que alcançou US\$ 161,79 milhões, foi impulsionado principalmente pela exportação de soja, que representou 86,07% desse total (ou US\$ 165,15 milhões). O Maranhão também teve desempenho positivo, com saldo de US\$ 106,02 milhões, sendo que a alumina (óxido de alumínio) e a soja juntas representaram cerca de 61,78% (US\$ 355,45 milhões) das exportações do estado. No entanto, esses resultados não foram suficientes para evitar o déficit geral da região, uma vez que todos os outros estados apresentaram saldos negativos.

Pernambuco se destacou negativamente, com expressivo déficit de US\$ 412,23 milhões, seguido pelo Ceará, que registrou saldo negativo de US\$ 240,74 milhões. A Paraíba também teve impacto significativo, com saldo negativo de US\$ 182,72 milhões. Além disso, Alagoas e Bahia enfrentaram déficits de US\$ 55,48 milhões e US\$ 37,80 milhões, respectivamente. O Rio Grande do Norte encerrou o mês com déficit de US\$ 11,01 milhões, enquanto Sergipe registrou saldo negativo de US\$ 41,06 milhões.



Aproximadamente 30,59% das exportações do mês foram de soja, totalizando US\$ 639,53 milhões, tendo a China como principal destino, com 68,72% desse valor, e a Espanha com 18,51% (US\$ 118,38 milhões). A celulose representou 10,15% do total exportado (US\$ 212,26 milhões), com a maior parte destinada à China (46,83%, ou US\$ 99,44 milhões) e aos Estados Unidos (27,31%, ou US\$ 57,96 milhões). Outros produtos em destaque incluem a alumina, com 9,25% (US\$ 193,27 milhões), o algodão, com 4,90% (US\$ 102,53 milhões), e os óleos combustíveis de petróleo ou minerais betuminosos, com 4,73% (US\$ 98,79 milhões). Os demais produtos exportados somaram 40,38% (US\$ 844,07 milhões) do total.

Nas importações, o destaque foi para os óleos combustíveis de petróleo ou minerais betuminosos, que representaram 21,35% do total, ou US\$ 598,63 milhões. Os principais países de origem desses produtos foram os Estados Unidos (35,07%), Índia (15,05%) e Rússia (14,34%). As importações de gás natural, liquefeito ou não, representaram 10,61% (US\$ 297,35 milhões), com a maior parte proveniente dos Estados Unidos (86,79%), enquanto o restante veio da Guiné Equatorial (13,21%). Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus, totalizaram 10,48% das importações (US\$ 293,93 milhões), tendo Angola (53,12%), França (17,47%) e Estados Unidos (16,46%) como principais fornecedores. Outros produtos relevantes incluem adubos e fertilizantes químicos (8,53%, ou US\$ 239,03 milhões) e carvão (2,74%, ou US\$ 76,83 milhões). Os demais produtos somaram 46,29% das importações da região.

A China continua a ser a principal parceira comercial da região em setembro, liderando como destino das exportações nordestinas, com 30,10% do total (US\$ 629,13 milhões), e ocupando o segundo lugar nas importações, com 18% (US\$ 504,66 milhões), logo atrás dos Estados Unidos, que detiveram 27,01% (US\$ 757,31 milhões).



Finanças Públicas

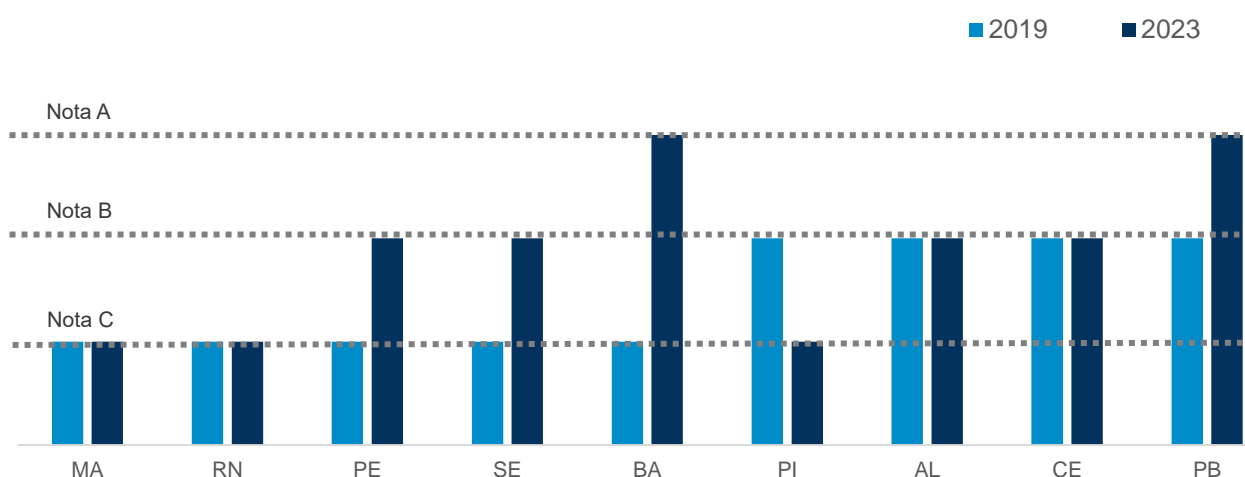
No pós-pandemia, a capacidade de pagamento dos Estados nordestinos apresenta melhoria com exceção do Piauí

O indicador de capacidade de pagamento (CAPAG), calculado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para estados e municípios, além de servir como referência para a caracterização da situação fiscal, possui implicações econômicas importantes para esses entes subnacionais. O governo federal utiliza a CAPAG para definir o conceito de espaço fiscal e, por consequência, os limites de empréstimos com aval da União que estados e municípios podem realizar. Assim, ter uma nota adequada na CAPAG implica ter condições mais favoráveis para acessar crédito com terceiros e com a própria União.

A CAPAG é formada por três subindicadores que mensuram aspectos diferentes da situação fiscal dos estados e municípios. Eles são: poupança corrente, que mensura o gasto corrente ponderado dos últimos três anos, endividamento e disponibilidade de caixa. Todos esses valores são ponderados pela receita corrente líquida. Ao se classificar os três subindicadores, o estado ou município recebe uma nota entre A e D, e a nota A é a melhor posição.

A figura 1 mostra a situação dos estados do Nordeste, ano de referência de 2023, e compara com a mesma nota em 2019. O ano de 2019 foi escolhido como referência por ser antes da pandemia da COVID-19. Observa-se que, com exceção do Piauí, todos os demais estados nordestinos ou melhoram sua posição relativa ou se mantiveram estáveis nesse período. Os estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Paraíba melhoram suas posições, com destaque para a Bahia, que em 2019 era classificada com a nota C e, em 2023, passou a ter a nota A. Paraíba é o outro estado, junto da Bahia, que possui atualmente a nota A. A situação da Paraíba é interessante porque este é o quarto ano seguido que registra essa classificação, sugerindo que essa mudança é persistente.

Gráfico 1: Notas da CAPAG dos estados do Nordeste entre 2019 e 2023

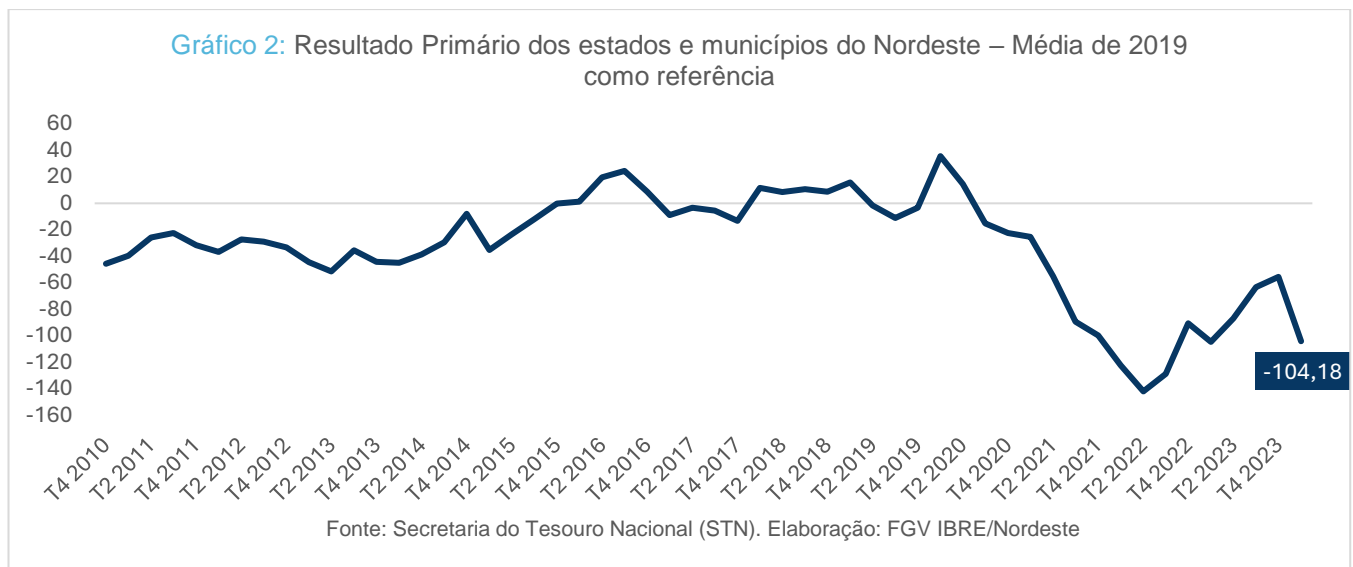


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Elaboração: FGV IBRE/Nordeste



Ceará e Alagoas mantiveram suas notas B, enquanto Maranhão e Rio Grande do Norte mantiveram suas notas C. Piauí piorou sua nota de B, em 2019, para C, em 2023. Já o Maranhão melhorou sua posição entre 2020 e 2022, mas retornou à nota de antes da pandemia. Por fim, o Rio Grande do Norte foi o único que não conseguiu alterar sua classificação durante a pandemia da COVID-19, permanecendo com nota C em todos os anos entre 2019 a 2023.

A pandemia da COVID-19 trouxe desafios importantes para os governos subnacionais. Por um lado, reduziu drasticamente a receita fiscal devido aos períodos de lockdown. Por outro lado, exigiu-se elevado gasto para fazer frente às necessidades de despesa em saúde. Como consequência, o resultado primário de estados e municípios caiu fortemente durante 2020 e 2022, como se observa na figura 2, que apresenta a diferença percentual da média móvel de 12 meses em relação à média de 2019 do resultado primário de estados e municípios. Observa-se claramente que, a partir de terceiro trimestre de 2020, o resultado primário dos estados e municípios sofreu forte queda, chegando no 2º trimestre de 2022 a uma diferença de 140% em relação à média de 2019.

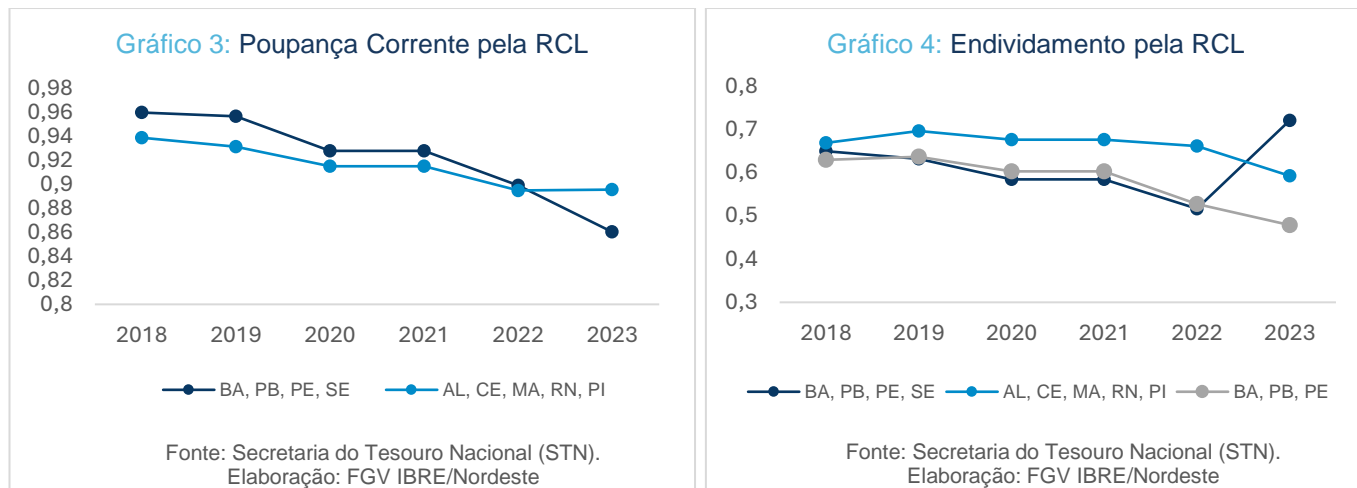


Embora o resultado primário tenha sido negativo durante a pandemia, por que a CAPAG registrou uma melhora para a maior parte dos estados nordestinos? Analisando os subindicadores da CAPAG, observa-se que os estados que melhoraram a nota durante este período (Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba) foram aqueles que conseguiram reduzir a razão entre gasto corrente e receita corrente líquida em comparação aos estados que pioraram sua nota ou se mantiveram estáveis durante o período, como se observa no Gráfico 1.

Somado a isso, houve redução na razão entre endividamento e receita corrente líquida. No Gráfico 2, observa-se que houve forte tendência de redução do endividamento dos estados que melhoraram de nota durante a pandemia em relação aos que pioraram ou se mantiveram estáveis. Em 2023, Sergipe



elevou significativamente seu endividamento, alterando a tendência. Assim, no Gráfico 2, apresenta-se a tendência dos estados que melhoraram com e sem Sergipe.



Apesar de a Pandemia da COVID-19 ter representado um enorme desafio sanitário e também fiscal, alguns estados conseguiram promover mudanças que se refletiram nos indicadores fiscais de forma positiva. Caso essa melhora se torne permanente, tenderá a abrir espaço fiscal para a realização de gastos importantes nesses estados.



NORDESTE EM FOCO

UM RETRATO SOCIAL DAS CAPITAIS NORDESTINAS E O DESAFIO DAS NOVAS GESTÕES MUNICIPAIS

Flávio Ataliba Barreto

Professor da Universidade Federal do Ceará /Coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do FGV IBRE

Vitor Hugo Miro

Professor da Universidade Federal do Ceará /Pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do FGV IBRE

João Mário Santos de França

Professor da Universidade Federal do Ceará /Pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do FGV IBRE



No último dia 27 de outubro, foram eleitos ou reeleitos 5.569 prefeitos, sendo 26 nas capitais do país (Brasília, assim como as “cidades-satélites” no Distrito Federal possuem administração distinta). Nesse contexto, grande atenção foi direcionada às capitais, que têm significativos desafios. Os municípios das capitais detêm 23% da população brasileira. No Nordeste, as capitais concentram 21% dos 57,1 milhões de pessoas residentes na região.

No debate político, questões como segurança, saúde, educação e meio ambiente são pautas recorrentes. Somam-se a elas alguns temas sociais de grande relevância, como geração de empregos, renda, pobreza e desigualdade. Estes aspectos são o foco deste artigo, que visa apresentar uma análise das condições socioeconômicas das capitais nordestinas.

Nosso objetivo aqui é apresentar um retrato das condições socioeconômicas das capitais nordestinas. Obviamente, esse retrato não representa um panorama completo e exaustivo do cenário que se apresenta para as novas gestões. Contudo, destacamos aspectos sociais essenciais para o bem-estar da população, e que podem servir como parâmetros fundamentais para o diagnóstico e monitoramento de políticas públicas em nível municipal.

As capitais nordestinas enfrentam desafios socioeconômicos diversos, em especial nas dimensões captadas por indicadores de renda, desigualdade e pobreza. No que diz respeito à renda, mensurada pelo indicador de rendimento domiciliar per capita médio (RDPC), João Pessoa/PB destaca-se com a maior renda média entre as capitais nordestinas (R\$ 2.714), seguida por Natal/RN (R\$ 2.315) e Teresina/PI (R\$ 2.181). Por sua vez, entre os menores valores estão São Luís/MA (R\$ 1.570) e Maceió/AL (R\$ 1.597). A Tabela 1 apresenta o indicador de rendimento domiciliar per capita médio (RDPC), bem como indicadores de desigualdade e pobreza calculados a partir dessa medida.

Um padrão identificado, e que merece destaque, é que as capitais com os maiores rendimentos médios tendem a apresentar os níveis mais elevados de desigualdade. Isso foi observado por dois indicadores de desigualdade estimados, o Índice de Gini e o Índice de Palma (razão de renda entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres).

João Pessoa, que se destaca com a maior renda domiciliar per capita média do Nordeste, também apresenta os maiores valores do Índice de Gini (0,629) e a maior concentração de renda entre os mais ricos em relação aos mais pobres. Na capital da Paraíba, a renda acumulada entre os 10% mais ricos foi equivalente a 6,5 vezes a massa de rendimentos acumulada entre os 40% mais pobres. Por outro lado, Maceió, que revelou o segundo menor nível de renda média, apresenta os menores índices de desigualdade na região, com Índice de Gini estimado em 0,516 e Índice de Palma demonstrando uma razão de 3,4 entre a renda total dos 10% mais ricos e a renda acumulada entre os 40% mais pobres.



Tabela 1: Indicadores de renda, desigualdade e pobreza. Capitais do Nordeste (2023).

Capital (UF)	RDPC (R\$/mês)	Índice de Gini	Índice de Palma	Pobreza (%)	Extrema Pobreza (%)
São Luís (MA)	1.570	0,518	3,5	36,3	5,7
Teresina (PI)	2.181	0,583	5	28,1	3,2
Fortaleza (CE)	1.772	0,566	4,7	35,6	6,2
Natal (RN)	2.315	0,583	5	32	4,2
João Pessoa (PB)	2.714	0,629	6,5	29,5	3
Recife (PE)	1.621	0,549	4,3	37,8	7,1
Maceió (AL)	1.597	0,516	3,4	33,1	3,6
Aracaju (SE)	1.885	0,546	4,1	31,4	5,9
Salvador (BA)	1.824	0,562	4,5	34,4	6,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua/IBGE (2023).

Quanto aos indicadores de pobreza, eles confirmam as expectativas, com as proporções de pobreza mais baixas em capitais com maior renda. As menores incidências foram observadas em Teresina/PI (28,1%), João Pessoa/PB (29,5%) e Natal/RN (32%). Por sua vez, as maiores proporções de pessoas em situação de pobreza foram estimadas para Recife/PE (37,8%), São Luís/MA (36,3%) e Fortaleza/CE (35,6%).

Assim como o indicador de pobreza, a incidência de extrema pobreza também possui relação direta com os indicadores de renda; embora seja calculada com base em uma linha de pobreza mais restrita, caracterizando o percentual da população em situação de renda mais vulnerável. Os menores indicadores de extrema pobreza foram observados em João Pessoa/PB (3%), Teresina/PI (3,2%) e Maceió/AL (3,6%); enquanto as maiores incidências foram observadas em Recife/PE (7,1%), Salvador/BA (6,4%) e Fortaleza/CE (6,2%).

A dinâmica dos indicadores de renda e desigualdade está bastante associada à dinâmica do mercado de trabalho. Os rendimentos do trabalho representam o principal componente da renda das famílias. Na região Nordeste, cerca de 66% da renda domiciliar corresponde a rendimento de atividade de trabalho.

Os maiores valores de rendimentos do trabalho (mensurados pelo rendimento real médio habitualmente recebido de todos os trabalhos) foram estimados para João Pessoa/PB (R\$ 4.576),



Natal/RN (R\$ 3.795) e Teresina/PI (R\$ 3.421). Por sua vez, os menores valores foram calculados para Maceió/AL (R\$ 2.482), Recife/PE (R\$ 2.643) e Salvador/BA (R\$ 2.729).

Analisar indicadores de mercado de trabalho é essencial para compreender a dinâmica econômica da região. Em relação às regiões mais dinâmicas do país, o mercado de trabalho no Nordeste é caracterizado não apenas por rendimentos mais baixos, mas também por taxas de participação menores, maiores taxas de desocupação e informalidade. Isso é bem evidente nos indicadores calculados para as capitais.

Considerando as capitais do país, das dez menores taxas de participação, seis estão no Nordeste. Entre as capitais nordestinas, Salvador se destaca com a maior taxa de participação (65,7%). As menores foram observadas em Natal (55,7%) e Fortaleza (59,9%).

No que diz respeito ao desemprego, mensurado por meio da taxa de desocupação, verifica-se o quanto o mercado de trabalho no Nordeste representa um desafio. Das dez maiores taxas de desocupação entre as capitais brasileiras, sete estão no Nordeste. As capitais com os maiores percentuais da força de trabalho desocupada são: Recife/PE (16,1%), Salvador/BA (13,7%) e Aracaju/SE (12,9%). E, dentre os trabalhadores que estão ocupados na região, mais de 50% são informais. São Luiz/MA (56,5%) e Teresina/PI (54,4%) apresentam as maiores taxas de informalidade dentre as capitais da região.

A Tabela 2 sumariza alguns dos principais indicadores de mercado de trabalho para as capitais nordestinas.

Tabela 2: Indicadores do mercado de trabalho. Capitais do Nordeste (2023).

Capital (UF)	Rendimento médio do trabalho (R\$)	Taxa participação (%)	Taxa desocupação (%)	Taxa informalidade (%)
São Luís (MA)	2.751	62,4	10,4	56,5
Teresina (PI)	3.421	61,1	6,9	54,4
Fortaleza (CE)	2.776	59,9	8,7	53,1
Natal (RN)	3.795	55,7	10,8	44,7
João Pessoa (PB)	4.576	62,8	9,4	49,8
Recife (PE)	2.643	62,6	16,1	50,1
Maceió (AL)	2.482	62,0	10,0	45,7
Aracaju (SE)	2.967	62,4	12,9	51,9
Salvador (BA)	2.729	65,7	13,7	53,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua/IBGE (2023).



Com base nos indicadores apresentados, podemos delinear um panorama das condições socioeconômicas das capitais nordestinas, revelando a complexidade dos desafios a serem enfrentados. As grandes capitais do Nordeste lidam não apenas com a necessidade de geração de renda, mas também com o imperativo de melhorar sua distribuição.

Apesar dos avanços em políticas sociais, há ainda um contingente significativo de famílias que permanece excluído de mecanismos de proteção. O combate à pobreza exige mais do que a simples transferência de renda: é preciso promover a inclusão produtiva e criar oportunidades reais no mercado de trabalho. A alta dependência de programas sociais em algumas capitais reflete uma condição de fragilidade econômica, reforçando a urgência de iniciativas voltadas à inclusão produtiva, dinamização do mercado de trabalho e geração de novas oportunidades.

Embora as políticas federais e estaduais sejam vistas como protagonistas na agenda de políticas sociais, o papel das gestões municipais é fundamental. A proximidade com a realidade local garante uma vantagem estratégica para desenhar e implementar políticas ajustadas às necessidades específicas de cada local. Cabe aos novos gestores a compreensão desses desafios e a iniciativa para cumprirem um papel mais ativo na proposição e implementação de soluções.

Uma análise mais completa, apresentando indicadores não só para todas as capitais do Nordeste, mas para todas as capitais brasileiras, pode ser conferida no texto “DESAFIOS PARA AS NOVAS GESTÕES DAS CAPITAIS BRASILEIRAS: RENDA, POBREZA, DESIGUALDADE E MERCADO DE TRABALHO”, publicado no Blog do IBRE.



**Coordenação do Centro de Estudos
para o Desenvolvimento do Nordeste**

Flávio Ataliba Barreto

**Coordenação Geral e Técnica do
Boletim Macro Regional**

Isadora Gonçalves Costa Osterno

Equipe Permanente

João Mário Santos de França

Rafael Barros Barbosa

Vitor Hugo Miro

Assistente de Pesquisa

Thiago de Araújo Freitas

Revisão Editorial

Fernando Dantas

Editoria de Arte

Vanessa Grisolia



Dúvidas, fale conosco pelo e-mail:

ibre@fgv.br

 **FGV IBRE**

ACESSE O **FGV IBRE** NAS REDES SOCIAIS:     